Sociedade e Cultura | ISSN: 1980-8194 DOI: 105216/sec.v29.84858

Dádiva e Movimentos Sociais: uma análise relacional da entrega da Medalha Chico Mendes pelo Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

Gift and Social Movements: a relational analysis of the awarding of the Chico Mendes Medal by the Torture Never Again Group/RJ

Don y Movimientos Sociales: un análisis relacional de la concesión de la Medalla Chico Mendes por el Grupo Tortura Nunca Más/RJ

Barbara Goulart
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil
barbara_4578@hotmail.com

Resumo: Com base na observação participante, analisamos empiricamente o movimento social chamado Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM). Localizado no Rio de Janeiro (RJ), o GTNM foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. Ao longo do texto, analisamos como o grupo constrói sua relação com outros movimentos sociais envolvidos na mesma temática na qual se insere, isto é, os direitos humanos. Isso é feito com base na análise da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência, evento anual realizado pelo grupo com o apoio de outros movimentos sociais – chamado por eles de "entidades aliadas" – que serve como principal espaço para o fortalecimento da relação entre eles. Concluímos que a entrega da Medalha serve como uma espécie de dádiva que fortalece o vínculo entre os grupos envolvidos no processo, no sentido maussiano.

Palavras-chave: Grupo Tortura Nunca Mais; Medalha Chico Mendes; movimentos sociais; dádiva.

Abstract: Through participant observation, we empirically analyze the social movement called Torture Never Again Group (GTNM). Located in Rio de Janeiro (RJ), the GTNM was founded in 1985 on the initiative of former political prisoners who experienced torture during the military regime and by family members of dead and missing people. Throughout the article, we analyze how the group builds its relationship with other social movements involved in the same theme in which it operates, that is, human rights. This is done based on the analysis of the awarding of the Chico Mendes Medal of Resistance, an annual event held by the group with the support of other social movements – called by them "allied entities" – which serves as the group's main space for strengthening the relationship between them. In the Maussian sense. We conclude that the awarding of the Medal serves as a gift that strengthens the bond between the groups involved in the process.

Keywords: Torture Never Again Group; Chico Mendes Medal; social movements; gift.

Resumen: A partir de la observación participante, analizamos empíricamente el movimiento social Grupo Tortura Nunca Más (GTNM). Ubicado en Río de Janeiro (RJ), el GTNM fue fundado en 1985 por ex presos políticos que sufrieron tortura durante el régimen militar y por familiares de figuras políticas fallecidas y desaparecidas. A lo largo del texto, analizamos cómo el grupo construye su relación con otros movimientos sociales involucrados en el mismo tema en el que se inserta: los derechos humanos. Esto se realiza a través del análisis de la entrega de la Medalla Chico Mendes de la Resistencia, un evento anual que el grupo realiza con el apoyo de otros movimientos sociales – denominados por ellos "entidades aliadas" – y que sirve como principal espacio para fortalecer la relación entre ellos. Concluimos que la entrega de la Medalla funciona como una especie de don que fortalece el vínculo entre los grupos involucrados en el proceso, en el sentido maussiano.

Palabras clave: Grupo Tortura Nunca Más; Medalla Chico Mendes; movimientos sociales; don.

Submetido em: 11 de janeiro de 2026
Aceito em: 22 de junho de 2026

1 Introdução

Ao longo dos debates sobre movimentos sociais no Brasil, foi enfatizada a importância da formação de redes, coalizões e comunidades para o fortalecimento das lutas sociais (Diani; Bison, 2010; Barcelos; Pereira; Silva, 2016; Abers; Von Bulow, 2011). Pesquisadores que abordam a relação entre movimentos sociais e políticas públicas enfatizam a importância de uma abordagem relacional, pensando em como "as relações entre agentes ou entidades produzem efeitos ou resultados que não podem ser reduzidos às características e/ou às ações daqueles agentes ou entidades tomados isoladamente" (Barcelos; Pereira; Silva, 2016, p. 15).

Nesse caso, a ênfase foi colocada na relação dos movimentos sociais com o Estado, representado pelas políticas públicas (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2017). Entretanto, talvez seja possível pensar na possibilidade de utilização da abordagem relacional para analisar a relação dos movimentos sociais também com *outros* movimentos sociais. Não seria importante também pensar na construção desse tipo de relação, refletindo sobre a configuração da relação entre esses atores sociais?

A partir dessa inquietação, chegamos à proposta do presente artigo, que é analisar empiricamente o movimento social chamado Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM), localizado no Rio de Janeiro (RJ). Investigamos como esse grupo constrói sua relação com outros movimentos sociais envolvidos na mesma temática na qual se insere, isto é, os direitos humanos. Com isso, chegamos ao ponto central do artigo: a análise da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência, evento anual realizado pelo grupo com o apoio de outros movimentos sociais – chamado por eles de "entidades aliadas" –, que serve como principal espaço do grupo para o fortalecimento da relação entre eles.

A partir disso, argumentamos que a entrega da Medalha serve como uma espécie de dádiva que fortalece o vínculo entre os grupos envolvidos no processo, no sentido maussiano. Assim, a contribuição maior do texto é colocar a literatura sobre movi-

mentos sociais em diálogo com a chamada sociologia da dádiva, abarcando desde os estudos seminais de Marcel Mauss (2014) até suas repercussões em Alain Caillé (2014) e Marcel Hénaff (2002), entre outros, diálogo pouco usual, mas que se provará frutífero ao longo do texto.

Para isso, iniciamos o artigo apresentando a atuação do GTNM/RJ e seus posicionamentos históricos. Após isso, analisamos a criação da Medalha Chico Mendes de Resistência. Depois, analisamos o processo de organização do evento em 2023, acompanhado pela pesquisadora por meio de observação participante[1]. A seguir analisamos quais foram as dádivas entregues nesse evento e o fortalecimento de vínculos proporcionado por elas. Depois, analisamos o perfil anti-Estado, característico do GTNM/RJ, e, por isso, também presente na entrega da Medalha, analisando-o com base na ótica do sociólogo Alain Caillé (2014).

2 O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ

O GTNM/RJ[2] foi fundado em 1985 por iniciativa de ex-presos políticos que viveram situações de tortura durante o regime militar e por familiares de mortos e desaparecidos políticos e é considerado uma referência na luta pelos direitos humanos. Seus três pilares de atuação são: o esclarecimento das circunstâncias de morte de militantes políticos; a manutenção e recuperação da memória histórica daquele período; e o afastamento imediato de cargos públicos de pessoas envolvidas com tortura (Quem [...], 2008). Outro trabalho do Grupo é a denúncia pública de casos de tortura, incluindo também situações recentes, ocorridas, muitas vezes, em favelas do Rio de Janeiro.

Os membros do GTNM/RJ, desde o princípio, escolheram ter um posicionamento crítico em relação a qualquer atuação de órgãos estatais e a qualquer aproximação com atores estatais

1 Todas as reuniões do grupo foram acompanhadas durante o período de um ano, entre agosto de 2022 até julho de 2023, sendo realizadas perguntas aos participantes quando necessário. Alguns trechos das respostas foram incluídos neste artigo.

2 Existem Grupos Tortura Nunca Mais em outros estados brasileiros, porém o foco aqui será no do Rio de Janeiro. Todos eles atuam de forma independente, então o afirmado aqui pode não se aplicar aos grupos de outros estados.

(Goulart, 2023). Essa perspectiva não era singular no contexto político no qual surgiu o GTNM/RJ. O período dos anos 1970 e 1980 foi marcado por uma forte ampliação dos movimentos sociais dentro do cenário de redemocratização no Brasil. A "onda movimentista" era marcada por forte horizontalidade, em perspectiva crítica ao autoritarismo presente no Estado ditatorial brasileiro. Em um contexto de reabertura, os movimentos buscavam se inserir no debate público nacional.

Como argumenta Eder Sader (1995), os "novos personagens" que emergem nesse período expressavam formas inéditas de ação coletiva, organizadas com base na experiência cotidiana de trabalhadores, moradores de periferias urbanas, movimentos eclesiais de base e diversos grupos excluídos da arena política tradicional. Em sentido semelhante, José Álvaro Moisés (1990) destaca que os movimentos sociais da redemocratização contribuíram para a construção de uma nova cultura política, marcada pela valorização da participação popular e pela crítica às estruturas autoritárias herdadas do regime militar. Esses movimentos buscavam afirmar formas autônomas de organização da sociedade civil, recusando práticas políticas hierárquicas e clientelistas associadas ao Estado autoritário (Paoli, 1991).

Dentro desse mesmo contexto, era necessário lutar pela incorporação de direitos na nova Constituição Federal e, para isso, muitas vezes procurava-se a institucionalização de entidades da sociedade civil, possibilitando, com isso, o estabelecimento de parcerias com a esfera estatal. Ao decorrer do período, muitos desses movimentos passaram a se aproximar dos partidos políticos, sendo criados à época e iniciando processos de institucionalização. Segundo Ilse Scherer-Warren (2013, p. 12), "parte dos antigos militantes ou lideranças dos movimentos passaram a participar da esfera governamental", o que implicou um refluxo dos movimentos contestatórios. De fato, experiências como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Novo Sindicalismo desempenhariam papel central na constituição do Partido dos Trabalhadores (PT).

Porém, nesse momento, isso não significava uma adesão ao Executivo ou o abandono de perspectivas críticas em relação às instituições estatais. Era possível aproximar-se de partidos políticos menores ainda críticos ao institucionalismo excessivo. Vale lembrar que, em sua origem, o próprio PT tinha um discurso crítico ao movimento sindical subordinado ao Estado, apresentando-se como alternativa ao "velho sindicalismo estatal" anterior a 1964, frequentemente classificado como "peleguista" (Santana, 1998). Dentro desse contexto, o posicionamento do GTNM/RJ não era destoante em relação às esquerdas do período. Assim como outros movimentos da época, o GTNM/RJ também surgiu a partir de debates travados no interior da sociedade civil e de críticas em relação à atuação do Estado durante o período. Entretanto, veremos que esse cenário muda com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Em texto publicado no site do GTNM/RJ, escrito pela vice-presidente[3] e fundadora do grupo, Cecília Coimbra comenta sobre o papel do Estado no processo de transição para a democracia no Brasil. Ela afirma que, desde o fim da ditadura, houve uma grande diferença entre a "anistia que queríamos" e a "anistia que tivemos". Isso faria parte da "lógica de funcionamento do Estado", que apresenta uma anistia "do perdão, do esquecimento, do consenso, da reciprocidade, da pacificação, da reconciliação" (Coimbra, 2019). Por esse motivo, qualquer medida que venha do Estado é vista com desconfiança pelo grupo (Pinto, 2015). Em entrevista para a presente pesquisa, a vice-presidente declarou: "Eu não acredito em nenhum Estado. [...] Não acredito que o Estado vá mudar nada" (Cecília Coimbra, entrevista concedida em 8 ago. 2022). Assim, desde as suas origens, o grupo se manteve apartidário, escolhendo não se vincular oficialmente a nenhum partido político.

Entretanto, no início, é possível afirmar que havia uma certa aproximação com membros do PT, mesmo que de maneira não-institucionalizada. Cecília Coimbra, uma das fundadoras do GTNM/RJ, atesta que, durante o período de fundação do Grupo, teve-se

3 Vale notar que o GTNM/RJ não atua mais em um formato hierarquizado de presidência, embora ainda utilize a estrutura para fins burocráticos.

"apoio de alguns parlamentares do PDT isoladamente e do PT de um modo geral" (Coimbra, 1996, p. 3). Houve também a presença de políticos ligados ao PT nas reuniões do Grupo. Coimbra (1996) comenta que José Genoíno participou de uma reunião, momento em que ele relatou sua experiência na Guerrilha do Araguaia.

Vale mencionar também o contato que tiveram com Nilo Batista, Governador do Rio de Janeiro pelo PDT, durante o processo de investigação de ossadas encontradas no cemitério de Ricardo de Albuquerque. Na mesma época, a prefeitura do Rio foi ocupada por Marcello Alencar e depois por Saturnino Braga, ambos do PDT, momento em que o GTNM/RJ participou do processo de renomeação de ruas e logradouros públicos. Assim, houve então uma "janela de oportunidades políticas para a interação entre o GTNM e essas instâncias estatais" (Pedretti, 2022, p. 179).

Porém, vale notar que esses partidos não tinham ascendido ao topo do Executivo, assim, em relação ao Estado, de maneira mais ampla, a relação foi sempre crítica, desde Sarney até Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, talvez houvesse uma expectativa de mudança de cenário com a ascensão do PT à Presidência da República, expectativa que seria frustrada, sendo notável a solidificação desse processo de afirmação de independência partidária com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva em outubro de 2002.

Em 2009, o GTNM/RJ publicou um livro comemorativo dos vinte anos da Medalha Chico Mendes. O livro contém alguns textos sobre a conjuntura política do país desde a criação da Medalha em 1989 e, por ser uma obra institucional, argumentamos que reflete bem o posicionamento oficial que o grupo quer transmitir. Sobre a eleição de Lula, foi escrito:

> [...] a vitória foi marcada pela aproximação com setores conservadores e pelo prévio abandono de posições históricas do PT; tudo isso justificado em nome da constituição de uma base parlamentar que permitisse enfrentar uma relação de forças desigual. Desde o início, o novo governo mandou sinais claros de manutenção

> das regras do jogo econômico aos agentes financeiros internacionais e ao mundo empresarial brasileiro. A presença de ministros vinculados à ordem vigente tensionou e acentuou o desgaste do PT com movimentos sociais com os quais tinha tido, historicamente, relações orgânicas (Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p. 159).

O texto enfatiza particularmente a frustração com a atuação do PT em relação à justiça de transição brasileira:

> Finalmente, entre as maiores frustrações geradas pela atual administração federal está a omissão ou desinteresse em dar respostas às demandas acumuladas no que diz respeito ao passado da ditadura civil-militar [...]. Dessa forma, os arquivos permanecem inacessíveis, o Araguaia continua tema-tabu, as dúvidas sobre a morte do ex-presidente João Goulart aumentam, os desaparecidos continuam como tais e os torturadores e demais repressores estatais continuam imunizados. Assim, a persistência do silêncio e da impunidade das forças armadas e a constrangedora timidez do atual governo federal, conspiram contra a história do país [...] (Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p. 160).

Assim, talvez seja possível identificar o próprio GTNM/RJ entre os movimentos sociais que tiveram relações desgastadas com o PT após a eleição de Lula. Para o Grupo, o PT, ao ser eleito e governar, teria feito concessões à agenda neoliberal, provocando o afastamento do GTNM/RJ. O Grupo em si nunca foi totalmente integrado ao PT e seus membros não eram militantes do partido, porém, é possível entrever que havia certas expectativas de mudança política com a eleição de Lula, em que a consequente "decepção" levou a um significativo afastamento.

Sublinha-se que, em 1991, Luiza Erundina havia sido homenageada com a Medalha Chico Mendes, quando ainda era Prefeita de São Paulo pelo PT. Nesse caso, a atuação de Erundina é elogiada no mesmo livro mencionado anteriormente. Sobre a descoberta de 1700 corpos na Vala de Perus, é escrito:

> Ao contrário do silêncio bisonho das autoridades do governo federal, ela determinou de imediato, a apuração de responsabilidades: deu apoio efetivo à Comissão Parlamentar de Inquérito que se instaurou na Câmara Municipal e providenciou o encaminhamento seguro das ossadas ao Departamento de Medicina Legal da UNICAMP (Grupo Tortura Nunca Mais, 2009, p. 47).

Assim, como os textos foram escritos em 2009, além da contraposição feita com o Governo Federal da época de Erundina – em que Fernando Henrique Cardoso era presidente –, é possível entrever também uma contraposição com a atuação do próprio presidente Lula à época da escrita do livro, também marcada pelo silêncio, na percepção dos ativistas do GTNM/RJ.

Sobre Fernando Henrique Cardoso, o GTNM/RJ também é pouco elogioso, atribuindo as conquistas da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, instalada em seu governo, ao trabalho prévio da luta de familiares que já havia sido sistematizado, sendo, então, "os setores combativos do movimento e dos familiares os responsáveis por todos os avanços da luta" (Greco, 2018, p. 207). A frustração permaneceu com a eleição de Dilma Rousseff, sendo a própria Comissão Nacional da Verdade (CNV) objeto de diversas críticas do Grupo e considerada insuficiente, pois não puniram os culpados pelos crimes hediondos praticados durante o regime militar, classificados como violações de direitos humanos (Goulart, 2023) e não descobriram a verdade sobre as mortes de diversos desaparecidos políticos do período. Esses fatos trazem, assim, as marcas do "esquecimento, pacificação, conciliação, consenso e, sobretudo, moderação – justiça, não" (Greco, 2018, p. 201).

Desirée Azevedo (2016, p. 116) argumenta que o GTNM/RJ é marcado pelo que ela chama de "ética da desconfiança, em que as instituições democráticas são percebidas como promotoras de direitos, mas sua capacidade/disposição para fazê-lo está sob constante

avaliação, decorrendo dela sua legitimidade". Nesse caso, é possível argumentar que a avaliação do GTNM/RJ das instituições democráticas vem sendo negativa desde a sua fundação, sendo incapazes de atuar de maneira que gere a confiança do Grupo no Estado.

Vale lembrar que a perspectiva não se repete em outros movimentos sociais de Memória, Verdade e Justiça criados por familiares de mortos e desaparecidos, e até mesmo em Grupos Tortura Nunca Mais criados posteriormente em outros estados do Brasil e que funcionam de maneira autônoma.

3 A Medalha Chico Mendes de Resistência

A Medalha Chico Mendes de Resistência é uma condecoração criada pelo GTNM/RJ em 1988 como uma resposta à Medalha do Pacificador, condecoração criada pelo Exército brasileiro para comemorar os vinte anos do golpe militar de 1964 e entregue a indivíduos ligados à repressão.

O GTNM/RJ havia sido criado em 1985 e, poucos anos depois, em março de 1989, fez um pequeno ato diante das homenagens que estavam sendo realizadas pelos militares no dia do golpe, no quartel da Polícia do Exército, na Tijuca, Rio de Janeiro, onde havia funcionado o DOI-CODI[4]. Foi uma pequena manifestação em que os militantes se vestiram de preto e mostraram cartazes com fotografias de indivíduos mortos e desaparecidos pela ditadura militar. Durante essa manifestação, o então Tesoureiro do GTNM/RJ, o coronel da reserva João Luiz de Moraes, pensou na criação de uma homenagem para afirmar as outras memórias sobre o período (Grupo Tortura Nunca Mais, 2009). Meses antes, Chico Mendes havia sido assassinado no Acre e, como forma de homenagem, foi criada a Medalha em junho do mesmo ano.

Desde então, a cerimônia é realizada anualmente, tendo como fio condutor a homenagem aos resistentes de ontem e hoje, tornando indissociável a união dos embates ocorridos durante o período da ditadura e as insurgências e resistências de hoje (Grupo

4 Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

Tortura Nunca Mais, 2009). A entrega da Medalha Chico Mendes ocorre anualmente, sendo organizada pelo Grupo, com o apoio de outras entidades sociais, e entregue a pessoas e grupos que lutam pelos direitos humanos, como forma de resistência. O evento ocorre na mesma data: o aniversário do golpe de 1964. Entretanto, os militares comemoram o golpe no dia 31 de março e o GTNM/RJ "descomemora" o golpe no dia 1º de abril.

Todo ano é definida uma lista de pessoas e grupos que serão homenageados. Atualmente, essa lista é definida pelos membros do GTNM/RJ em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outras entidades sociais que apoiam o GTNM/RJ. Entre as regras de escolha dos homenageados, está a restrição de que nenhum candidato em ano de eleição pode ser homenageado, mantendo, assim, o distanciamento entre o grupo e o Estado[5]. Vale notar que esse nem sempre foi o caso, já que Luiza Erundina foi homenageada quando era Prefeita de São Paulo. Porém, ainda é possível afirmar que esse foi um caso raro, tornando-se regra o afastamento de partidos políticos, principalmente após a eleição de Lula, como mencionado anteriormente.

Entre os homenageados estão sempre dois indivíduos desaparecidos pela ditadura militar brasileira. Esses nomes são definidos pelo próprio GTNM/RJ, sem a interferência dos outros grupos. Além desses, são sempre incluídos nomes de indivíduos ou grupos que foram vítimas da violência do Estado hoje. Esses nomes são escolhidos pelas chamadas "entidades aliadas". O GTNM/RJ vem tentando reduzir o número de homenageados nos últimos anos, para que a cerimônia seja menos cansativa. Por esse motivo, atualmente, o número total de homenageados é por volta de seis a oito, às vezes sendo maior, dependendo do ano em questão.

4 A Entrega da Medalha de 2023

As reuniões do GTNM/RJ são abertas ao público e todos podem participar. Assim, as reuniões normalmente contam com a presença de pesquisadores e membros de outros movimentos sociais que

5 Curiosamente, o PCB é o único partido político convidado para as reuniões e é considerado um parceiro do Grupo. Porém, vale lembrar que o PCB não tem representantes eleitos.

dialogam com a questão dos direitos humanos. Normalmente, essas reuniões são presenciais, ocorrendo quinzenalmente na sede do grupo no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Porém, por estarem ainda no fim da pandemia em 2022 – quando se começou a discutir os homenageados de 2023 –, as primeiras reuniões foram realizadas de maneira virtual[6].

As reuniões são sempre divididas em dois momentos: "informes" e "pontos de pauta". Os "informes" dizem respeito aos atos públicos que tratam dos direitos humanos e que estejam convidando o grupo ou tenham contado com a sua participação. Quando o evento já aconteceu, as discussões promovidas no seu decorrer são relatadas pelo integrante que tenha representado o grupo. Quando o evento ainda vai acontecer, os integrantes elegem a pessoa mais adequada para participar, pensando em suas atividades profissionais ou motivações pessoais. Além disso, são dadas notícias sobre o cenário de luta por esclarecimentos sobre a ditadura e outras informações. Os "pontos de pauta", por sua vez, dizem respeito a assuntos que serão discutidos durante a reunião (Salgado; Grabois, 2017, p. 65-66).

Para Desirée Azevedo (2016), as reuniões do Grupo configuram-se em momentos especiais para os militantes, quando é possível:

> Reafirmar e significar os símbolos que movem a ação política, apreender os modelos de funcionamento interno e as formalidades que definem espaços e relações igualitárias e os diferenciam daqueles marcados pela hierarquia e pela liderança. Assim, torna-se possível compartilhar categorias, vocabulários, conhecimentos e consensos acumulados nos debates anteriores do Grupo. Muitos desses encontros e debates são inconclusivos, mas demarcam um sentido de temporalidade, tornando público os sentimentos e pensamentos pessoais; estreitando os laços e os afetos que delimitam uma rede de relações pela convivência e pela ação (Azevedo, 2016, p. 111).

6 Havia também problemas estruturais no prédio que abriga a sede do Grupo, levando-o a realizar as reuniões em outros espaços durante esse período. Esses problemas foram solucionados em 2024 e a sede foi reaberta.

Entre essas ações, está a organização da entrega da Medalha Chico Mendes de Resistência, que começa no ano anterior, compondo os "pontos de pauta" das reuniões. Desse modo, no final de 2022, começou-se a pensar sobre quem seriam os homenageados com a Medalha de 2023. A lista inicial era ampla, contendo diversos nomes, sendo depois reduzida para a lista final. A diretoria do grupo sempre lembrava que era preciso diminuir a lista, pois um evento com um número muito grande de homenageados seria muito longo e cansativo de assistir.

Participam das reuniões membros de outros movimentos sociais ligados à questão dos direitos humanos, chamado por eles de "entidades aliadas" ou "entidades parceiras". Inicialmente, qualquer pessoa participando da reunião pode sugerir nomes para a Medalha, porém, na lista final, são priorizados os nomes sugeridos por essas "entidades aliadas", consideradas parceiras frequentes do grupo. Essas mesmas entidades contribuem financeiramente para a realização do evento, seja pagando por uma das medalhas em si, ou pagando pelo transporte e/ou hospedagem de homenageados que vêm de outros estados, ou na confecção de cartazes.

Ao mesmo tempo, as entidades que indicam homenageados precisam se responsabilizar pela elaboração de um texto de apresentação do homenageado e pela seleção de fotos. As entidades são também responsáveis pelo contato com o indivíduo ou grupo, fazendo o convite e organizando a sua ida ao evento. Não é possível homenagear indivíduos ou grupos dos quais não se tenha o contato direto. Assim, indiretamente, todos os homenageados são contatos de alguém envolvido na entrega da Medalha. Há uma preocupação em não homenagear pessoas que não possam estar presentes no evento, sendo, por isso, necessário assegurar o seu contato ou de algum familiar.

Adicionalmente, apesar de o GTNM/RJ ter sido responsável pela criação da Medalha, o grupo se preocupa em enfatizar, em seus discursos, que sua relação com as outras "entidades parceiras" é "horizontal e não vertical", havendo igualdade entre elas na escolha dos homenageados e na realização do evento. Essas entidades são todas listadas no cartaz de divulgação da cerimônia.

Esse posicionamento de defesa da horizontalidade nas relações é possível ser associado à crítica feita pelo Grupo ao poder do Estado, marcado pela hierarquia e verticalidade. Argumentamos, então, que o Grupo defende valores de comunidade e igualdade nas relações, reivindicando o aprofundamento democrático ou a defesa da democracia radical ou direta; que não foi possível ainda ser expressa a nível macro, mas que, por meio da Medalha, seria possível expressá-la a nível micro. Assim, ao não ser possível a horizontalidade e a reciprocidade em suas interações com o Estado, orientam suas energias e recursos para além (ou para fora) dele (Oliveira, 2024; Pleyers, 2018; Brancaleone; Mello, 2017).

Em 2023, um membro da Associação dos Docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ADSUERJ) ofereceu a Capela Ecumênica da UERJ para a realização do evento. O evento foi marcado para o dia 3 de abril, pois o dia 1º seria no fim de semana. Houve uma preocupação de que o evento não fosse no dia 31 de março, pela necessidade de se distanciar do discurso militar de que o golpe ocorreu ainda em março.

No ano de 2023, as entidades que participaram do evento foram: a Associação dos Docentes da UERJ (ADSUERJ), a Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense (ADUFF), o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), o Instituto Helena Greco de Direitos Humanos e Cidadania – Belo Horizonte/Minas Gerais (BH/MG), a Justiça Global, a Rede de Comunidades e os Movimentos contra Violência do Rio de Janeiro (RJ), o Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul (MJDH-RS), o Partido Comunista Brasileiro, a Comissão de Direitos Sociais e Interlocução Sociopopular da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis (CDDH-Petrópolis) e o Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL).

É possível perceber a presença de grupos ligados à temática da ditadura militar, como o CEJIL (organização de direitos humanos que representa os familiares dos guerrilheiros do Araguaia perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA, no

caso Gomes Lund *versus* Estado brasileiro, entre outros), como também grupos com temáticas mais contemporâneas, como a Rede de Comunidades e os Movimentos contra Violência do RJ (fundada em 2004 e que reúne familiares de vítimas da violência de Estado, sobreviventes, moradores de favelas e ativistas de direitos humanos). A participação de diversas entidades aponta para o "esforço de unificação das lutas", como afirma Heloísa Greco (2018), do Instituto Helena Greco, considerando uma "imensa honra" participar da organização do evento. Afirma também que em "momentos cruciais – seja de luta, de luto, de vitórias ou de derrotas – temos contado com a força da parceria solidária do GTNM-RJ" (Greco, 2018, p. 204).

Os homenageados de 2023 foram Geraldo Azevedo (cantor e compositor), Walter de Souza Ribeiro (desaparecido na ditadura), Marilza da Silva (liderança indígena do Espírito Santo presa pela ditadura), Sabino Alves (camponês desaparecido no Araguaia), Belela Herrera (ativista de direitos humanos uruguaia), Coletiva Resistência Lésbica da Maré (acolhimento antimanicomial para lésbicas cis e trans de favelas), Milton Barbosa (fundador do Movimento Negro Unificado) e Maria das Graças Nacort (diretora da Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência no Espírito Santo).

No dia em questão, muitos dos participantes se emocionaram em suas falas, particularmente em momentos de denúncia da atuação do Estado, apontando para as mortes causadas até hoje pela violência policial. Entre os homenageados, era possível perceber um contraste entre aqueles que falaram da violência sofrida como algo do passado e aqueles que falaram da violência como algo do presente. Por exemplo, o cantor Geraldo Azevedo trouxe um tom de superação para a sua fala, demonstrando que a ditadura não conseguiu derrubá-lo, apesar de ter sido preso duas vezes, passando por sessões de tortura. Já Maria Nacort falou de sua dor e sofrimento como algo do presente, demonstrando forte indignação e lágrimas ao sublinhar que nunca mais poderá ver o seu filho, morto por policiais.

Com base nisso, é possível se utilizar da argumentação de Letícia Ferreira (2013), que, ao basear-se em Boltanski (1993), afirma que "a exibição de experiências de sofrimento engendra a modulação de enunciados, a delimitação de grupos e a identificação, em processos variados, de 'vítimas', 'espectadores' e 'agentes' implicados em episódios de sofrimento" (Ferreira, 2013, p. 207). Entretanto, vale lembrar que o GTNM/RJ não utiliza o termo vítima ao falar daqueles que sofreram com a ditadura, preferindo o termo "atingidos" ou indivíduos que "viveram situação de tortura" (Salgado, 2023). Mesmo assim, a mobilização dos discursos coloca o Estado como responsável por essa situação, seja no passado da ditadura ou no presente das favelas, por exemplo.

Os discursos de sofrimento apresentados durante a entrega da Medalha possibilitam, então, a construção de "empatia, mobilização e comprometimento" (Ferreira, 2013, p. 207) por parte dos múltiplos agentes que comparecem à cerimônia. O estilo emotivo dos discursos pode conferir credibilidade e distinção aos indivíduos e às entidades que representam (Boltanski, 1993). Nesse caso, em vez de vítimas, os indivíduos são colocados em posições heroicas ao receber a Medalha. Assim, "seus companheiros poderiam ser chamados de heróis e não mais de bandidos" (Pedretti, 2022, p. 181), contrapondo-se ao discurso construído pelo Estado sobre aquelas pessoas.

A emoção também esteve presente quando Geraldo Azevedo cantou espontaneamente músicas, como "Bicho de Sete Cabeças", no final do evento. O canto foi acompanhado por todos que estavam presentes. Em seus discursos, muitos apontaram também para a importância da realização presencial da homenagem, já que haviam permanecido em casa por muito tempo devido à pandemia, sendo importante a aproximação física e o afeto entre aqueles que participavam.

Figura 1 – Cartaz de divulgação da Cerimônia de Entrega da Medalha Chico Mendes de 2023

Fonte: Grupo Tortura Nunca Mais (2023)[7].

5 As diversas dádivas

O conceito de dádiva aparece pela primeira vez, nas ciências sociais, no texto clássico de Marcel Mauss, *Essai sur le Don*, traduzido para o português como *Ensaio sobre a Dádiva* (2014). Trazendo uma perspectiva antropológica, Mauss (2014) analisa as características das formas arcaicas do contrato e de diversos sistemas de trocas ditas econômicas. Para isso, o autor compara diferentes sistemas de dádivas nas sociedades da Polinésia, da Melanésia e do noroeste americano, explicitando o princípio comum que regula essas trocas: a obrigação de dar, receber e retribuir. O autor parte das formas arcaicas da troca, mas defende a generalidade da lógica da dádiva, também observável, segundo ele, nas sociedades ocidentais (Sertã; Almeida, 2016).

7 Disponível em: https://www.torturanuncamais-rj.org.br/. Acesso em: 7 jul. 2026.

Vale salientar que, para Mauss (2014), essas trocas são não apenas materiais, mas também simbólicas, sendo a dádiva vista como um fato social total, que resulta em uma obrigação moral coletiva, envolvendo o conjunto de membros da sociedade (Martins, 2005). Como explica Paulo Henrique Martins (2005), ao analisar o autor:

> Semelhantes modalidades de trocas aparecem, para ele [Mauss], como um fato social total que se revela a partir de duas compreensões do total: totalidade no sentido de que a sociedade inclui todos os fenômenos humanos de natureza econômica, cultural, política, religiosa, entre outros, sem haver nenhuma hierarquia prévia que justifique uma economia natural que precederia os demais fenômenos sociais. Totalidade, também, no sentido de que a natureza desses bens produzidos pelos membros das comunidades não é apenas material, mas também e sobretudo simbólica (Martins, 2005, p. 46).

Entretanto, por ser um ensaio antropológico, o conceito de dádiva ficou por muito tempo relegado ao estudo das sociedades tradicionais (Martins; Cattani, 2014). O resgate da obra maussiana pela sociologia se deu no contexto de surgimento de uma crítica antiutilitarista importante contra o projeto de ocidentalização do mundo, a qual foi concretizada pela fundação do M.A.U.S.S. (*Mouvement Antiutilitariste dans les Sciences Sociales*, ou, em português, Movimento Antiutilitarista nas Ciências Sociais) em Paris, no ano de 1981. A sociologia da dádiva defendida por essa corrente apresenta uma alternativa ao paradigma da escolha racional nas ciências sociais, que tende a explicar as relações econômicas e culturais por meio da linguagem instrumental do autointeresse racional (Chanial, 2008). Um de seus fundadores foi o sociólogo Alain Caillé.

Segundo essa perspectiva, Mauss (2014) avança tanto na crítica ao utilitarismo ocidental como propõe que os contratos livres, presentes em todas as sociedades tradicionais – aqueles fundados na dádiva, no dar, receber e retribuir –, continuam presentes nas sociedades contemporâneas, sobretudo no plano da vida asso-

ciativa em que predominam as relações familiares, de amizade, de associados, de vizinhos, enfim, de redes de pertencimento comunitário e associativo (Martins; Cattani, 2014). Estudos mais recentes confirmam a dádiva igualmente como fator decisivo para a cooperação entre indivíduos (Alter, 2009).

Com base nisso, é possível argumentar que, no processo visto anteriormente de organização da cerimônia de entrega da Medalha Chico Mendes, a dádiva não aparece apenas na entrega da medalha em si, havendo outros momentos que também envolvem dádivas. Argumento, então, que a dádiva pode ser vista em quatro pontos desse processo.

A primeira dádiva é a da própria Medalha entregue ao homenageado, servindo como uma forma de reconhecimento (Hénaff, 2002) de sua luta pelos direitos humanos. A segunda dádiva é dada aos grupos que participam da organização da cerimônia, tendo a oportunidade de escolher o homenageado, como de também compor aquela comunidade responsável pela entrega da Medalha. Como dito antes, entre seus membros, é forte o ponto de que a relação do GTNM/RJ com as outras entidades é horizontal e não vertical, apesar de o GTNM/RJ ter criado a Medalha e ser o único grupo a participar todos os anos. A terceira dádiva é aquela oferecida pelas outras entidades à cerimônia, na forma de contribuição financeira. Talvez, em menor grau, uma quarta dádiva seja a participação de outros movimentos sociais no dia do evento, marcando presença para prestigiar a Medalha e com isso fortalecer os vínculos.

Todas essas dádivas fortalecem os vínculos entre os movimentos sociais participantes da atividade, incluindo aqueles que participam da organização, aqueles que estão presentes no evento e aqueles que são homenageados. Assim, a dádiva funciona não só para quem recebe, mas também para o grupo que escolhe o homenageado e participa do processo de organização da cerimônia.

Há, então, uma espécie de dádiva e contradádiva (Mauss, 2014), pois, ao ser convidada a participar da cerimônia e escolher um homenageado, a entidade deve também contribuir financeiramente para a realização do evento. Apesar de não haver nenhum valor definido para a contribuição, é possível perceber uma certa "obrigação de se mostrar generoso", o que leva a "selar alianças", pois há um "desejo de sermos reconhecidos como doadores", como diz Alain Caillé (2014, p. 46) ao analisar a dádiva maussiana. Assim, é preciso retribuir de alguma maneira, havendo uma reciprocidade implícita (Gouldner, 1960) na organização do evento.

Justamente por causa dessa reciprocidade, o GTNM/RJ prioriza as indicações das outras entidades, havendo casos de indivíduos que o grupo gostaria de homenagear há alguns anos, mas que são empurrados para o próximo ano, pois priorizaram as indicações de aliados. Ao mesmo tempo, vale a pena mencionar novamente a ênfase que o GTNM/RJ coloca na horizontalidade das relações entre as entidades participantes. Isso porque, para que haja reciprocidade na relação entre eles – constituída de dádivas e contradádivas –, é preciso que também haja simetria, pois, quando há muita dissimetria entre o doador e o donatário, é difícil haver reciprocidade (Gouldner, 1960; Caillé, 2014).

Como coloca Marcel Hénaff (2002), na relação da dádiva, o doador está desafiando o outro a responder e, nesse sentido, a dádiva é simbólica. Por isso, a dádiva, apesar de ser livre, convida o outro a retribuir. Segundo o autor, não é apenas uma troca de bens que ocorre nesse processo, mas também uma troca de reconhecimento, construindo-se uma relação de reconhecimento simbólico mútuo. "Através do reconhecimento do outro, eu pretendo que ele me reconheça em troca" (Fontes, 2018, p. 6). Nesse caso, diferentemente do sentido honnethiano de reconhecimento – visto mais como luta (Honneth, 2011) –, aqui o reconhecimento seria uma dádiva. Assim, por meio da dádiva, as entidades sociais envolvidas – incluindo o GTNM/RJ – reconhecem o valor das outras entidades participantes, fortalecendo o vínculo entre elas.

Dialogando com a literatura sobre movimentos sociais, talvez seja possível pensar na existência de um *processo de movimento social*. Como colocam Diani e Bison (2010, p. 222), "um processo de movimento social está presente na medida em que atores, tanto individuais como organizados, mantendo sua autonomia e independência, engajam-se em trocas sustentadas de recursos na busca de objetivos comuns". Essas trocas de recursos podem, então, ser vistas propriamente como dádivas, se dialogarmos também com a literatura maussiana, como propomos neste artigo.

Ademais, é possível argumentar que essa "troca de recursos", ou dádivas, funciona também para o fortalecimento de uma identidade coletiva entre os grupos participantes do processo. Esse processo é fortemente associado com reconhecimento e com a criação de conectividade (Pizzorno, 1996). Conforme Melucci (2002, p. 23), "a identidade coletiva não é um dado ou uma essência, mas um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores", o que acentua a pluralidade de aspectos presentes na ação coletiva.

Com base nisso, constrói-se um sentimento de propósito comum e de comprometimento compartilhado com uma causa, o que possibilita que os ativistas individuais e as organizações envolvidas enxerguem a si mesmos como inextricavelmente ligados a outros atores, não necessariamente idênticos, mas, ao menos, compatíveis, em uma mobilização coletiva mais ampla (Diani; Bison, 2010; Touraine, 1981). A compatibilidade desses grupos será discutida na próxima seção.

Além disso, vale a pena sublinhar a presença de vítimas da ditadura entre os homenageados, incluindo todos os anos dois desaparecidos políticos na lista final. Desse modo, é possível, em termos analíticos, pensar também na Medalha como uma dádiva "temporal", que permite a construção de laços de memória entre presente e passado, por meio da homenagem a pessoas desaparecidas durante o regime militar. Ou seja, trata-se de rituais que forjam redes entre ausentes e não-ausentes, estendendo-se diacronicamente. Algumas vezes, essa homenagem se estende a desa-

parecidos durante o período democrático. Por exemplo, Amarildo Dias de Souza já foi homenageado com a mesma Medalha no ano seguinte ao seu desaparecimento. Sua esposa e filhos o representaram na cerimônia. Nesse caso, a questão do desaparecimento deixa de ser vista como casos individuais, tornando-se problemas sociais (Ferreira, 2013) e responsabilidade do Estado.

Ao mesmo tempo, por meio da cerimônia, é possível que os movimentos sociais envolvidos estabeleçam conexões entre diferentes fenômenos políticos. Ao ler a lista dos recebedores da Medalha de 2023, é possível perceber que são homenageados indivíduos e grupos que fazem parte de lutas distintas, como perseguidos da ditadura e vítimas da violência policial hoje, por exemplo.

Com isso, é possível afirmar que, nesse caso, a violência do Estado aparece como um processo contínuo, originado na ditadura e que segue ocorrendo na democracia. "Para combatê-la, não bastaria limpar os seus restos, era preciso enfrentar aquilo que permite a reprodução do fenômeno – na perspectiva do grupo, a não punição dos torturadores e violadores de direitos humanos" (Pedretti, 2022, p. 184).

Ao receberem a mesma Medalha, as lutas dos indivíduos são unidas, combinando-as na construção de uma narrativa em comum, ampla e abrangente (Melucci, 1996; Castells, 1997), envolvendo tanto os movimentos de direitos humanos formados por perseguidos da ditadura como moradores de favelas, minorias LGBTQIA+ e mães de vítimas da violência do Estado, entre outros. Como colocam Diani e Bison (2010), como consequência dessa união, é possível argumentar que esses atores individuais e organizacionais, envolvidos na ação coletiva, não mais perseguem apenas objetivos específicos, mas passam a se enxergar como elementos de processos de mudança muito mais amplos e abrangentes, envolvendo a luta pelos direitos humanos, o que, nesse caso, está intimamente ligada à luta contra a violência do Estado, como veremos a seguir.

6 Dádiva e perspectiva anti-Estado

A Medalha tem também um forte simbolismo anti-Estado. Todas as entidades que participam do evento como "aliadas" precisam estar afastadas do Estado. Assim, em entrevista, Rafael Maul, presidente do grupo, explica que o GTNM/RJ tem certos princípios, e os "aliados devem seguir os mesmos princípios. Esse princípio é não aceitar dinheiro público do governo e ter a perspectiva política de não se instituir" (Rafael Maul, entrevista concedida em 1 ago. 2022). Ao mesmo tempo, isso "tem a ver com a questão do financiamento", assim, não recebem dinheiro público e as entidades "aliadas" também não podem receber. Sublinho a particularidade dessa perspectiva, indo na contramão da tradição brasileira de arranjo corporativista de sindicatos e associações de classes. Até mesmo entre movimentos sociais, a tendência atual é a busca por institucionalização, aproximando-se de órgãos do Estado (Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2017), processo particularmente acentuado após a ascensão do PT à Presidência da República (Abers; Von Bulow, 2011).

Cecília Coimbra, fundadora do grupo, afirma que eles não julgam outros movimentos sociais que pensam diferente, mas, na hora de escolher os seus aliados, o GTNM/RJ "se pergunta o que esses movimentos sociais alimentam na nossa luta e como podemos alimentar a sua luta" (Cecília Coimbra, entrevista concedida em 8 ago. 2022), sendo necessário, então, buscar "grupos afins". Portanto, é importante que as entidades "aliadas" também não recebam financiamento público do Estado ou de partidos políticos. Essa resistência ocorre para que não fiquem dependentes financeiramente desses grupos e das pautas políticas do momento.

Nesse caso, como diz Melucci (1989), a solidariedade é a capacidade de os atores partilharem uma identidade coletiva (isto é, a capacidade de reconhecer e ser reconhecido como uma parte da mesma unidade social). Os limites de um sistema indicam o espectro de variações tolerado dentro de sua estrutura existente. Um rompimento destes limites empurra um sistema para além

do espectro aceitável de variações. Portanto, como todos os movimentos sociais envolvidos se recusam a formar vínculos com o Estado, eles formam vínculos entre si, para "fortalecer a nossa luta", como afirma Coimbra na entrevista.

Percebemos, então, um processo de definição de fronteiras, estabelecendo quem faz e quem não faz parte da rede (Diani; Bison, 2010; Melucci, 1996). Assim, para participar dessa rede, é preciso se afastar do Estado. Em entrevista à autora, Victória Grabois, outra fundadora do grupo, critica os "acordos espúrios" que os governos realizam, pois "o capital é vencedor nesse momento" (Victória Grabois, entrevista concedida em 8 ago. 2022). Nessa perspectiva, o Estado é visto como um agente voltado para o lucro e o interesse próprio, enquanto isso, essa rede de direitos humanos que organiza a cerimônia é voltada para a reciprocidade, sendo movida pela empatia e pelo pensamento coletivo.

Desirée Azevedo (2016, p. 108-109) já havia detalhado o processo de como o parentesco, associado ao sofrimento entre os membros do GTNM/RJ, é contrastado a "essa figura poderosa, violenta e homogênea do Estado", sendo esses símbolos mobilizados pelos integrantes do Grupo para "demarcar a unidade entre aqueles que reivindicam os 'mortos e desaparecidos políticos' como perdas pessoais" (Azevedo, 2016, p. 108-109). Ela também sublinha "a relevância de um terceiro elemento na construção de contornos dessa comunidade: a militância política" (Azevedo, 2016, p. 108-109). Com isso, a própria Medalha pode ser vista como um espaço de afirmação dessa comunidade e desse vínculo construído por meio da militância política, em contraposição ao Estado poderoso e violento. Como também afirma Heloísa Greco (2018, p. 201), "são princípios incontrastáveis do grupo a independência, a combatividade, a criticidade e a radicalidade".

Nessa perspectiva, criticam-se aqueles que veem o Estado como o espaço público por excelência e, portanto, como a expressão do universalismo frente à fragmentação dos particularismos da sociedade civil. Ao mesmo tempo, defende-se que a base sobre a qual se formam os espaços e circuitos autônomos está nos teci-

dos comunitários colaborativos, nas redes de solidariedade e nos vínculos de cooperação. Trata-se, em outras palavras, daquilo que os autores que estudam a "dádiva" denominam de "economia de reciprocidade" ao se referirem às sociedades não estatais-mercantis (Brancaleone; Mello, 2017, p. 63).

Com isso, é possível se referir diretamente a Caillé (2002) e novamente a Mauss (2014). Alain Caillé (2014), sociólogo fundador do M.A.U.S.S., *Mouvement Antiutilitariste dans les Sciences Sociales*, defende que as interpretações mais tradicionais da teoria de Marcel Mauss, baseada na reciprocidade obrigatória e na dívida, não forneciam nenhuma possibilidade de um "presente gratuito" motivado pela empatia, e não pelo interesse próprio racional. Os primeiros esforços do movimento consideraram a possibilidade de reintroduzir um aspecto de interesse genuíno no bem-estar dos outros na teoria econômica (Caillé, 2014).

Com base nessa perspectiva, a dádiva não estaria restrita a situações de cerimonialidade e de rivalidade, podendo ser vista também como uma espécie de partilha. Sendo assim, o paradigma da dádiva pode ser visto também como uma alternativa diante da hegemonia do neoliberalismo. Ao mesmo tempo,

> uma sociedade pautada no Paradigma da Dádiva permite a concretização de uma democracia direta e participativa, na qual o é assegurado ao excluído o direito de receber, mas igualmente de retribuir, de participar, de inventar, de intervir, de criar bens sociais e estabelecer vínculos duradouros, recuperando o sentido da vivência comunitária e democrática (Veronese; Carvalho, 2007, p. 183).

Portanto, a ideia de dádiva defendida pelo M.A.U.S.S. se encaixa muito bem no discurso anti-Estado do GTNM/RJ, pois, para esse movimento social, o Estado é interpretado como essencialmente capitalista, interessado em lucros e em ganhos, com pouco interesse na sociedade em si. Assim, a Medalha Chico Mendes seria uma forma de resistência a essa espécie de "utilitarismo estatal", sendo ela própria motivada pela empatia e "um presente gratuito".

Isso não exclui a tentativa de fortalecimento de laços ensaiada pelo GTNM/RJ, em que a Medalha serve também como um espaço de aproximação com outras entidades. Porém, na verdade, é possível ver esse vínculo mais como uma sugestão do que como uma imposição. Não é obrigatório que os movimentos homenageados participem de reuniões do grupo ou se aproximem após o evento. Da mesma forma, entidades que participaram da entrega em um ano não são obrigadas a participar no ano seguinte. Além disso, a contribuição financeira não é obrigatória e o valor é livre, não havendo qualquer tipo de imposição ou constrangimento.

Ao mesmo tempo, argumento que a entrega da Medalha pode ser vista como uma forma de o GTNM/RJ se afirmar no presente, atrelando a luta de seus membros contra a ditadura com a luta do presente em relação aos direitos humanos. Em ambos os casos, há uma denúncia da violência praticada pelo Estado, seja contra militantes que lutavam contra o regime militar nos anos 1960 e 1970, seja contra favelados e grupos minoritários que sofrem hoje em dia com a violência policial. Assim, a militância do grupo pelos direitos humanos funciona "ontem e hoje", como costumam dizer os seus membros (Salgado; Grabois, 2017, p. 66). Portanto, não por acaso, entre os homenageados com a Medalha Chico Mendes de 2023 estavam uma mãe de vítima da violência policial no Espírito Santo e um grupo de assistência à indivíduos LGTBQIA+ moradores da Maré.

Concomitantemente, por não receberem financiamento do Estado, é preciso buscar outras maneiras de se conseguir pagar pelo evento da entrega da Medalha. Logo, a necessidade de diálogo do GTNM/RJ com outras entidades e movimentos sociais não é apenas para se manter politicamente e simbolicamente relevante nos dias de hoje, mas também para se manter financeiramente atuante. Para isso, é necessário que os membros do grupo tenham uma rede de contatos que possa ser acionada nesse momento, pedindo para que antigas entidades parceiras do grupo voltem

a participar e a contribuir financeiramente para a realização da cerimônia de entrega da Medalha Chico Mendes (vale sublinhar que o dinheiro arrecadado vai exclusivamente para a realização da cerimônia, não sendo guardado pelo GTNM/RJ).

Nesse caso, é possível se referir à conexão feita por Castoriadis (2008) entre a criação de uma sociedade autônoma e a construção de uma democracia radical. Ele diz:

> Uma sociedade autônoma, enquanto coletividade que se autoinstitui e se autogoverna, pressupõe o desenvolvimento da capacidade de todos os seus membros de participarem em atividades reflexivas e deliberativas. A democracia, no sentido mais amplo do termo, pode ser definida como o regime de reflexividade coletiva; tudo o mais – pode-se demonstrar – deriva dessa definição. E a democracia não pode existir sem indivíduos democráticos, e vice-versa (Castoriadis, 2008, p. 123)[8].

É por meio da dádiva que se fortalece o vínculo entre os movimentos sociais, evitando a "competição por lucros" vista no chamado Estado neoliberal. Com isso, seria possível exercer a "reflexividade coletiva", como apontada por Castoriadis (2008), expressão de democracia plena, segundo o autor. Para isso, é necessário haver "indivíduos democráticos", sendo capazes de participar de atividades reflexivas e deliberativas, o que se aproxima das intenções por trás da cerimônia de entrega da Medalha Chico Mendes.

Segundo o GTNM/RJ, as esferas estatais "são espaços viciados, pois são dotados de braços do governo e nele nenhum de nós confia mais"[9] (Pinto, 2015, p. 66). Entretanto, Cecília Coimbra argumenta que "é ali no pequeno, no dito miúdo, no dito invisível, que você pode ir afetando as pessoas. Que você pode ir fazendo pequenas revoluções" (Cecília Coimbra, entrevista concedida em

8 No original: "Una sociedad autónoma, en tanto colectividad que se autoinstituye y se autogobierna, presupone el desarrollo de la capacidad de todos sus miembros para participar en actividades reflexivas y deliberativas. La democracia, en el pleno sentido de la palabra, puede ser definida como el régimen de la reflexividad colectiva; todo el resto -puede demostrarse- deriva de esta definición, Y la democracia no puede existir sin individuos democráticos, y a la inversa".

9 Em sua etnografia, Pinto (2015) opta por não especificar qual membro do grupo é autor das falas.

8 ago. 2022). Ao mesmo tempo, Joana Ferraz, membro do grupo, diz que "acreditar no Estado é uma ideia muito burguesa" e que "o movimento social não tem que estar no poder, tem que ser uma força social que provoque esse poder" (Joana Ferraz, entrevista concedida em 5 set. 2022).

Nesse sentido, a ideia de poder apresentada pelo Grupo também se aproxima da teoria do filósofo John Holloway (2012), em que a luta aparece como forma de emancipação, entendida como autodeterminação e autonomia. "Nossa luta é claramente uma luta constante para escaparmos do capital, uma luta por espaço, por autonomia, uma luta por afrouxar a corrente, para intensificar a desarticulação da dominação" (Holloway, 2012, p. 270). Ao mesmo tempo, a autonomia aparece como um projeto, um movimento contínuo, que não chega ao fim, da mesma forma em que ocorrem as "pequenas revoluções" apontadas por Cecília Coimbra na entrevista. É necessário um esforço contínuo para ir contra o capitalismo, "provocando o poder", como afirmou Joana Ferraz também em entrevista. Assim, nesse caso, seria possível *Mudar o mundo sem tomar o poder*, título da obra de Holloway (2012), o que também pode ser lido como: sem se institucionalizar.

Essa perspectiva vai ao encontro das teorias de sociólogos antiutilitaristas (Chanial, 2001), em que a comunidade é colocada acima do Estado – que seria marcado pela obrigação – e do Mercado – que seria marcado pelo interesse –, pois apenas a comunidade seria baseada na cooperação livre e desinteressada entre indivíduos, defendendo-se, então, uma lógica associacionista (Martins, 2005).

Vale sublinhar que grande parte dos membros fundadores do grupo havia integrado organizações de luta contra a ditadura, já possuindo uma perspectiva radical desde a juventude, como Flora Abreu, Victória Grabois, Yedda Botelho Salles, Cecília Coimbra e Rubim Aquino, sendo, então, um perfil diferente de grupos como o CFMDP (Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos), formado por familiares de vítimas. Assim, para Pedretti

(2022, p. 181), "a presença de ex-presos políticos na composição do grupo provavelmente foi um aspecto decisivo para que o GTNM assumisse essa postura mais explícita de defesa dos ideais de transformação radical da realidade".

7 Conclusões

O propósito deste artigo foi colocar em diálogo a literatura sobre movimentos sociais com a chamada sociologia da dádiva. Apesar de a literatura recente enfatizar as redes formadas entre movimentos sociais e Estado (Barcelos; Pereira; Silva, 2016; Carlos; Dowbor; Albuquerque, 2017), sendo marcante o acentuamento desse processo principalmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (Abers; Von Bulow, 2011), mostramos aqui que alguns movimentos ainda resistem a esse processo. Por meio da dádiva, esses movimentos buscam fortalecer a relação entre si como forma de resistência à atuação do Estado moderno, vista por eles de maneira negativa, pois estaria marcada por uma lógica utilitária e econômica.

Vale sublinhar o histórico negativo em relação ao Estado vivenciado particularmente pelos membros do GTNM/RJ, muitos deles torturados pela própria ditadura militar e outros tendo familiares nesse grupo. Muitos deles haviam defendido uma perspectiva revolucionária na juventude, associando-se a grupos de luta armada. É possível pensar que, ao longo dos anos, houve um abandono do sonho revolucionário a partir do Estado – em que a ditadura seria derrubada para se instalar um Estado socialista –, porém, essa revolução agora teria sido transferida para a própria comunidade, que, por meio das dádivas, seria capaz de construir relações baseadas na reciprocidade e solidariedade mútua.

Por fim, é possível também ampliar o conceito de reconhecimento, sendo capaz de abarcar múltiplas abordagens. Retomando o conceito como proposto por Marcel Hénaff (2002), talvez seja possível pensar que, por não se sentir reconhecido pelo próprio

Estado brasileiro – sendo frequentes as críticas à atuação estatal em relação à Justiça de Transição no Brasil (Goulart, 2023) –, o GTNM/RJ busca um reconhecimento mútuo mediante seus próprios pares.

Com isso, é possível estabelecer uma contraposição com o conceito de reconhecimento honnethiano. Em sua análise, Axel Honneth (2011) foca na luta por reconhecimento por meio da relação com o Estado, ator capaz de atender diretamente as demandas dos movimentos sociais. Sublinho também o uso da palavra "luta" para caracterizar a relação com o Estado. Entretanto, o caso aqui analisado apresenta uma perspectiva distinta. Enquanto, para buscar o reconhecimento do Estado, é necessário que o GTNM/RJ lute pelo reconhecimento dos direitos dos atingidos pela ditadura militar – lutando pela punição dos responsáveis e pela divulgação da verdade em relação aos mortos da ditadura –, na relação com outros movimentos sociais, o reconhecimento é concedido como dádiva, ocorrendo mutuamente. Assim, os movimentos se reconhecem mutuamente por meio da dádiva, unindo e fortalecendo suas lutas por reconhecimento por parte do Estado – materializada na luta por direitos – e, ao mesmo tempo, denunciando a violência estatal.

Referências

ABERS, Rebecca; VON BULOW, Marisa. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade? **Sociologias**, v. 13, n. 28, p. 52-84, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/vyJvNFtHTjZvHmJfVsN6tTQ/?lang=pt. Acesso em: 7 jul. 2026.

ALTER, Norbert. **Donner et prendre**: La cooperation en enterprise. Paris: Ed. La Découverte/MAUSS, 2009.

AZEVEDO, Desirée de Lemos. **A única luta que se perde é aquela que se abandona**: Etnografia entre familiares de mortos e desaparecidos políticos no Brasil. 2016. 1 recurso online

(351 f). Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12733/1628236. Acesso em: 6 jul. 2026.

BARCELOS, Marcio; PEREIRA, Matheus Mazzilli; SILVA, Marcelo Kunrath. Redes, campos, coalizões e comunidades: conectando movimentos sociais e políticas públicas. **BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais***,* n. 82, p. 13-40, 2016. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/419. Acesso em: 6 jul. 2026.

BOLTANSKI, Luc. **Suffering at a Distance**: Humanitarian Morality, Media and Politics. Paris: Ed. Metailié, 1993.

BRANCALEONE, Cassio; MELLO, Rodrigo C. de. Movimentos Sociais contemporâneos e a democracia para além do Estado: hipóteses para o debate. **Gavagai-Revista Interdisciplinar de Humanidades**, v. 4, n. 1, p. 41-68, 2017. Disponível em: https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/GAVAGAI/article/view/8992. Acesso em: 6 jul. 2026.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do dom**: o terceiro paradigma. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2002.

CAILLÉ, Alain. Dádiva, care e saúde. **Sociologias,** v. 16, n. 36, p. 42-59, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/soc/a/L75H3FqCbHkctPdhfvYzkkq/?format=html&lang=pt. Acesso em: 6 jul. 2026.

CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 17, n. 2, p. 360-378, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/civitas/a/TTDYfmZM3W9tJTvRVqrK7Dr/abstract/?lang=pt. Acesso em: 6 jul. 2026.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity**: the information age: economy, society and culture. Vol. II. Oxford: Ed. Blackwell, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. **El Mundo Fragmentado**. La Plata: Ed. Terramar, 2008.

CHANIAL, Philippe. **Justice, don et association**: la délicate essence de la démocratie. Paris: Ed. La Découverte/MAUSS, 2001.

CHANIAL, Philippe (org.). **La société vue du don**: manuel de sociologie anti-utilitariste appliqué. Paris: Ed. La Découverte, 2008.

COIMBRA, Cecília. Pacificação e reconciliação nacional: da Lei da Anistia à Comissão Nacional da Verdade. **Grupo Tortura Nunca Mais/RJ**, 17 dez. 2019. Disponível em: https://www.torturanuncamais-rj.org.br/artigo/pacificacao-e-reconciliacao-nacional-da-lei-da-anistia-a-comissao-nacional-da-verdade/. Acesso em: 12 ago. 2023.

COIMBRA, Cecília. Tortura: Nunca Mais (entrevista concedida a Angela de Castro Gomes e Virgínia Fontes). **Tempo,** v. 1, n. 1, p. 166-183, abril 1996. Disponível em: https://www2.historia.uff.br/tempo/wp-content/uploads/2024/11/entres1-1.pdf. Acesso em: 17 jul. 2026.

DIANI, Mario; BISON, Ivano. Organizações, coalizões e movimentos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 3, p. 219-250, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1681. Acesso em: 6 jul. 2026.

FERREIRA, Letícia Carvalho de Mesquita. De problema de família a problema social: notas etnográficas sobre o desaparecimento de pessoas no Brasil contemporâneo. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 38, n. 1, p. 191-216, 2013. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6880. Acesso em: 6 jul. 2026.

FONTES, Paulo Vitorino. A luta pelo reconhecimento e o paradigma da dádiva: uma proposta de articulação teórica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, p. 1-19, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qff3xFxQ6B5rrZdVKpkqMhh/?lang=pt. Acesso em: 6 jul. 2026.

GOULART, Barbara. Memória ou Justiça? O conflito entre o Grupo Tortura Nunca Mais/RJ e a Comissão Nacional da Verdade. **Novos estudos CEBRAP**, v. 42, n. 2, p. 333-349, 2023. Disponível em: https://qa1.scielo.br/j/nec/a/LpmZwRYQGgzV9Zp7QkxXX8P/?format=html&lang=pt. Acesso em: 6 jul. 2026.

GOULDNER, Alvin. The Norm of Reciprocity: A Preliminary Statement. **American Sociological Review**, v. 25, n. 2, p. 161-178, abr. 1960. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2092623. Acesso em: 6 jul. 2026.

GRECO, Heloisa. Grupo Tortura Nunca Mais-RJ: compromisso incondicional com história, memória, verdade, justiça e ação. **Revista TransVersos**, n. 12, p. 200-209, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/33703. Acesso em: 6 jul. 2026.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. **20 Anos da Medalha Chico Mendes de Resistência**: memórias e lutas. Rio de Janeiro: Ed. Abaquar, 2009.

HÉNAFF, Marcel. **Le prix de la vérité**: le don, l'argent, la philosophie. Paris: Ed. Seuil, 2002.

HOLLOWAY, John. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: para uma gramática moral dos conflitos sociais. Tradução Jorge Telles de Menezes. Lisboa: Ed. Edições 70, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 73, p. 45-66, 2005. Disponível em: https://journals.openedition.org/rccs/954. Acesso em: 6 jul. 2026.

MARTINS, Paulo Henrique; CATTANI, Antônio David. Sociologia da dádiva. **Sociologias**, v. 16, n. 36, p. 14-21, 2014. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/49611. Acesso em: 6 jul. 2026.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a Dádiva**. Coleção: Perspectivas do Homem. Lisboa: Ed. Edições 70, 2014.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. México: El Colegio de México, Centros de Estudios Sociológicos, 2002.

MELUCCI, Alberto. **Challenging codes**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais?. **Lua Nova: revista de Cultura e política**, n. 17, p. 49-66, 1989. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ln/a/g4ySjtRNsbjW73tXTR4VNNs/?format=html&lang=pt. Acesso em: 6 jul. 2026.

MOISÉS, José Álvaro. **Cidadania e participação**: ensaio sobre o referendo, o plebiscito e a iniciativa popular legislativa na nova Constituição. Brasil: Marco Zero, 1990.

OLIVEIRA, Gustavo Moura de. Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. **Revista Direito e Práxis**, v. 15, n. 1, p. 1-29, 2024. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/65254. Acesso em: 6 jul. 2026.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos sociais, cidadania e espaço público: perspectivas brasileiras para os anos 90. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 33, p. 115-133, 1991. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/33/Maria%20Celia%20Paoli%20-%20Movimentos%20Sociais,%20Cidadania,%20Espaco%20Publico.pdf. Acesso em: 6 jul. 2026.

PEDRETTI, Lucas. **As fronteiras da violência política**: movimentos sociais, militares e as representações sobre a ditadura militar (1970-1988). 2022. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/17966. Acesso em: 6 jul. 2026.

PINTO, Igor Alves. **O que lutar quer dizer**: o Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e sua luta por Justiça. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://objdig.ufrj.br/44/teses/835930.pdf. Acesso em: 6 jul. 2026.

PIZZORNO, Alessandro. Decisioni o interazioni? La micro-descrizione del cambiamento sociale. **Rassegna Italiana di Sociologia**, Bologna, n. 37, p. 107-132, 1996. Disponível em: https://www.rivisteweb.it/issn/0486-0349/issue/2593. Acesso em: 6 jul. 2026.

PLEYERS, Geoffrey. **Movimientos sociales en el siglo XXI:** perspectivas y herramientas analíticas. Buenos Aires: Ed. CLACSO, 2018.

QUEM somos. *In*: GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ. [Rio de Janeiro: Grupo Tortura Nunca Mais – RJ, 2008]. Disponível em: https://www.torturanuncamais-rj.org.br/quem-somos/. Acesso em: 8 jul. 2026.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SALGADO, Lívia. **A construção das vítimas da ditadura no Brasil (1979-2014)**. Rio de Janeiro: Telha, 2023.

SALGADO, Lívia de Barros; GRABOIS, Victória. O Grupo Tortura Nunca Mais/RJ: um olhar etnográfico. **História Oral***,* v. 20, n. 2, p. 59-79, 2017. Disponível em: https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/729. Acesso em: 6 jul. 2026.

SANTANA, Marco Aurélio. O "novo" e o "velho" sindicalismo: análise de um debate. **Revista de Sociologia e Política**, v. 10, n. 11, p. 19-35, 1998. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39274. Acesso em: 6 jul. 2026.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo. **História: Debates e Tendências**, v. 7, n. 1, p. 9-21, 2013. Disponível em: https://ojs.upf.br/index.php/rhdt/article/view/2947. Acesso em: 6 jul. 2026.

SERTÃ, Ana Luísa; ALMEIDA, Sabrina. Ensaio sobre a dádiva. *In:* ENCICLOPÉDIA DE ANTROPOLOGIA*.* [São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016]. Disponível em: https://ea.fflch.usp.br/obra/ensaio-sobre-dadiva. Acesso em: 6 jul. 2026.

TOURAINE, Alain. **The voice and the eye**: an analysis of social movements. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

VERONESE, Marilia Veríssimo; CARVALHO, Maria Luísa. A emergência de cosmovisões relacionais. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 2, p. 169-194, 2007. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/civitas/article/view/61/0. Acesso em: 6 jul. 2026.